



Perfil Socioeconômico do Município de Riqueza/SC

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local

Rodeio Bonito/RS

Dezembro de 2019

C182 Camfield, Claudio Eduardo Ramos et al.
Perfil Socioeconômico do Município de Riqueza/SC: uma contribuição para o
Planejamento do Desenvolvimento Local / Claudio Eduardo Ramos Camfield,
Nilson Luiz Costa, Gabriel Nunes de Oliveira, Enio Giotto, Júlia Laize Bandeira
Calgaro, Saionara da Silva. - Palmeira das Missões/RS, 2019.
34 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio
NPEA) - - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões,
2019.

1. Aceleração Regional. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4.
Inovação. 5. Cooperação. I.Camfield, Claudio Eduardo Ramos. II.Costa, Nilson Luiz.
III.Oliveira, Gabriel Nunes de. IV.Giotto,Enio. V.Calgaro,Júlia Laize Bandeira.
VI.Silva,Saionara da.

CDU 338.1



Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eugenio Poltronieri (Presidente)
Angelita Marisa Cadoná (Vice-Presidente)
Giovana Giacomolli
Gustavo Pereira Fortes
Jocler Moresco
Leocácio Gallo Paloschi
Sérgio Luiz Triches
Valéria Maria Zanatta Senger
Walmor Liberalesso
Willian Jeferson Bez

CONSELHO FISCAL

Carlos Alberto Pinheiro
Ernilo Arteli Grellmann
Sergio Roberto Basso
Ronaldo Lima dos Santos
Tiago Gadonski
Valdomiro Tomazoni

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Girardi (Diretor Executivo)
Jaques Samuel dos Santos (Diretor de Operações)
Andre Zanon (Diretor de Negócios)

GERÊNCIAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Fernando Buriol (Gerente de Relacionamento)
Irajá Turchetto (Gerente Regional de Desenvolvimento)
Ronaldo Fagundes (Gerente de Ciclo de Crédito)



Universidade Federal de Santa Maria

REITORIA

Paulo Afonso Burmann (Reitor)
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

Campus de Palmeira das Missões

Rafael Lazzari (Diretor)
Adriano Lago (Vice-Diretor)

Campus de Frederico Westphalen

Arci Dirceu Wastowski (Diretor)
Igor Senger (Vice-Diretor)

Centro de Ciências Rurais (CCR)

Sandro Luis Petter Medeiros (Diretor)
Toshio Nishijima (Vice-Diretor)

**Programa de Pós-Graduação em
Agronegócios (PPGAGR)**

Nilson Luiz Costa (Coordenador)
João Pedro Velho (Coordenador Substituto)

**FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA
E CIÊNCIA - FATEC**

Thomé Lovato (Presidente)
Manoel Renato Teles Badke (Diretor
Financeiro)
Jeferson de Souza Flores (Diretor
Administrativo)

EXECUÇÃO DA PESQUISA

**Núcleo de Pesquisas em Economia do
Agronegócio (NPEA-UFSM)**

Nilson Luiz Costa (Pesquisador)
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)
Enio Giotto (Pesquisador)
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)
Júlia Laize B. Calgaro (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.03.0068
Convênio UFSM/FATEC

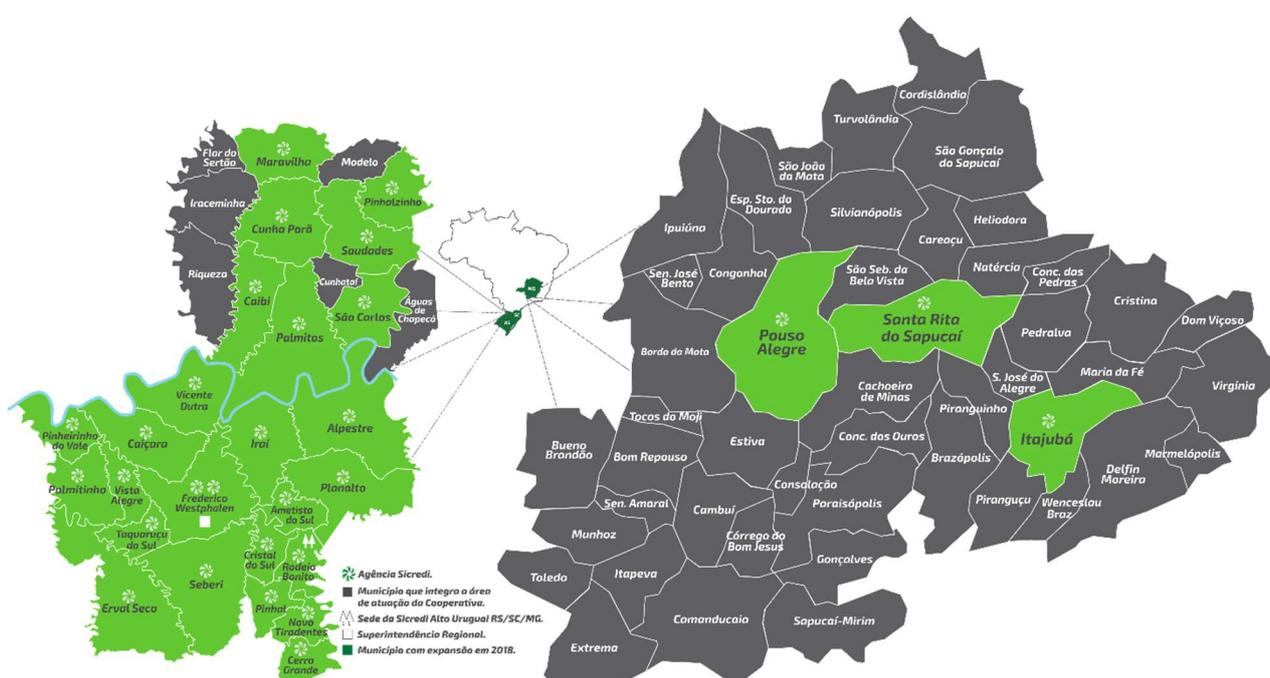
SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO RIQUEZA	6
2.1. Caracterização demográfica	6
2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Riqueza	7
2.2.1. Análise da evolução do produto interno bruto e da estrutura empresarial.....	8
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho	10
2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária	14
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento	21
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação.....	21
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil	23
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas.....	24
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal	25
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento.....	27
3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	29
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34

1. INTRODUÇÃO

Buscando contribuir com o desenvolvimento coletivo local e regional, a Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG em parceria com Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no norte do Rio Grande do Sul e extremo oeste de Santa Catarina.

Figura 1. Área de abrangência da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG



Fonte: Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG.

Esta iniciativa foi construída em cooperação entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e os atores locais e representantes das entidades públicas e privadas, ligadas aos diferentes setores da economia e sociedade e não representa posições próprias das instituições envolvidas e nem políticos partidários. Destaca-se, nesta iniciativa, os conhecimentos compartilhados, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor de todos os envolvidos.

Para conhecer a realidade e os níveis de desenvolvimento dos diversos municípios, foram utilizados dados primários e secundários. O levantamento de informações primárias foi

realizado através de entrevistas e reuniões com as pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios.

As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

As variáveis quantitativas foram analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e as variáveis qualitativas a partir da técnica qualitativa de análise de conteúdo.

Este capítulo, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Riqueza/SC** e está dividido em quatro seções. A primeira se constitui desta introdução. Na segunda apresenta-se a análise do perfil socioeconômico do município em questão. Na terceira seção encontra-se uma breve reflexão sobre as questões relacionadas ao desenvolvimento. Na quarta seção são apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla um detalhamento das informações municipais analisadas no relatório “Empreender, Inovar e Transformar: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Regional”, no qual é apresentado uma reflexão sobre os níveis de desenvolvimento regional na área de atuação da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e está disponível no site desta organização (<http://www.sicredialtouruguai.coop.br/site/acceleracao-regional.html>).

2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO RIQUEZA

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Riqueza/SC (2019), o município está situado na mesorregião Oeste Catarinense, distante 650 Km da capital do estado, Florianópolis. Possui limites com os municípios de Iraceminha, Mondaí, Caíbi e Descanso e Iporã do Oeste, ao Norte, Sul, Leste e Oeste, respectivamente.

Segundo a Lei nº 8.479 de 12 de dezembro de 1991, o município de Riqueza foi criado, sendo instalado em 1 de janeiro de 1993, desmembrando-se de Mondaí, com 190,4 Km quadrados.

O município possui clima subtropical úmido e está a uma altitude média de 220 metros acima do nível do mar. Está localizado geograficamente a latitude de 27°27'00" ao Sul do Trópico de Capricórnio, e longitude de 53°25'00" ao Oeste do Meridiano de Greenwich.

2.1. Caracterização demográfica

A colonização se deu no ano de 1930, quando às margens do Rio Iracema chegaram os imigrantes da Alemanha. Nessa época vieram outros imigrantes trazidos pela Companhia Territorial Sul Brasil. O progresso e o desenvolvimento da região eram os objetivos das famílias teuto-russas, seguidas de italianos e luso-brasileiros, quando se deslocaram para essa nova terra (Prefeitura Municipal de Riqueza/SC, 2019).

No ano de 2019, o IBGE (2019) estima que a população seja de 4.598 habitantes, mas a população verificada no Censo Demográfico de 2010 foi de 4.838 habitantes (Tabela 1).

Tabela 1. População residente, por sexo e local de residência: 2010.

	Masculino		Feminino		Total	
Urbano	1.081	43%	1.073	46%	2.154	45%
Rural	1.417	57%	1.267	54%	2.684	55%
Total	2.498	100%	2.340	100%	4.838	100%

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme é possível observar, 55% da população de Riqueza vive na zona rural, fato que reforça os traços agrícolas do município.

Do contingente populacional total (rural e urbano), 23% tem até 14 anos, 23% de 15 a 29 anos, 39% de 30 a 59 anos e 15% 60 anos ou mais, conforme é possível observar na Tabela 2.

Tabela 2. População residente, por faixa etária: 2010.

Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	592	23,70	504	21,54	1.096	23
15-29 anos	572	22,90	555	23,72	1.127	23
30-59 anos	996	39,87	898	38,37	1.894	39
60 ou mais	338	13,53	383	16,37	721	15
Totais	2.498	100,00	2.340	100,00	4.838	100

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme a Tabela 2, observa-se que mais de 60% da população, tanto feminina como masculina, enquadram-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Riqueza

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real¹), o Valor Agregado Bruto dos diferentes setores da economia², o PIB real *per capita*³, a demografia das empresas do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

¹ De acordo com PESSOA (2017), "O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia".

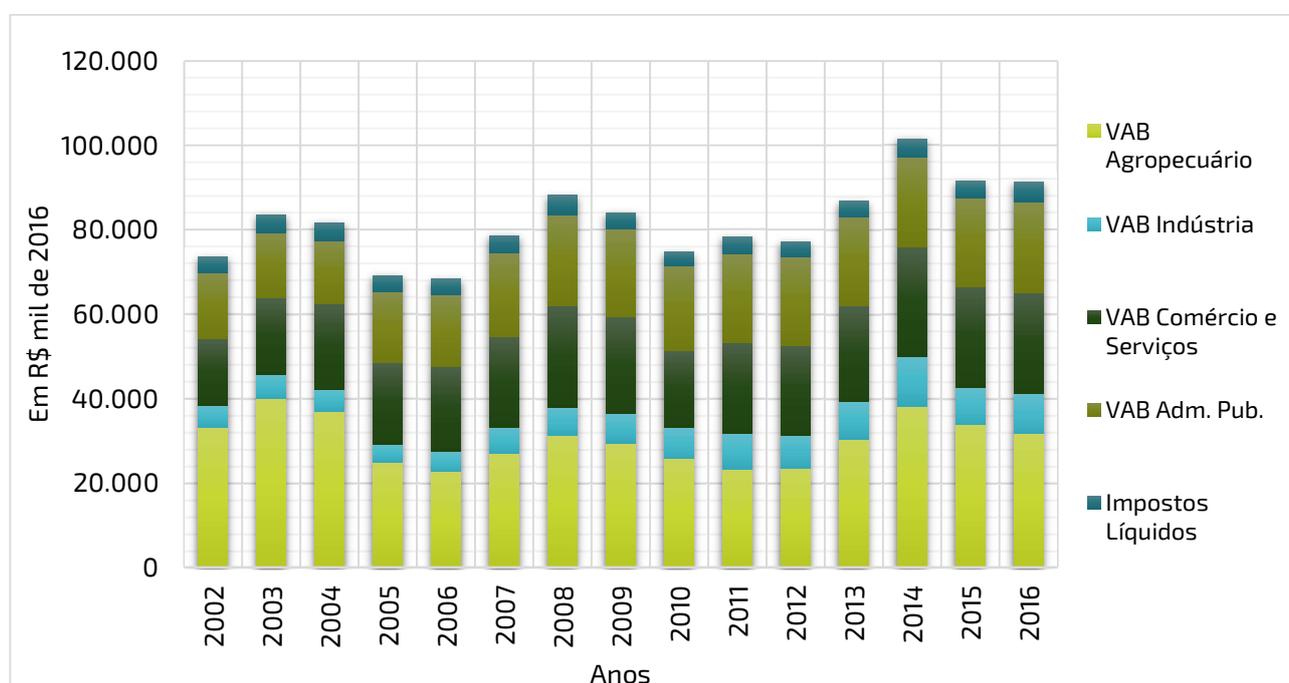
² De acordo com PESSOA (2017), o ou Valor Agregado Bruto ou "Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região".

³ Segundo Mankiw (2015), "o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média".

2.2.1. Análise da evolução do produto interno bruto e da estrutura empresarial

Entre 2002 e 2016, o PIB real do município evoluiu de R\$ 73,54 milhões para R\$ 91,23 milhões. Entre os setores da economia que mais geraram riquezas, destacam-se: agropecuária (VAB equivalente a R\$ 31,8 milhões), comércio e serviços (VAB equivalente a R\$ 24 milhões), administração pública (VAB equivalente a R\$ 21,5 milhões) e, em menor proporção, indústria (VAB equivalente a R\$ 9,3 milhões), conforme é possível observar na Figura 2.

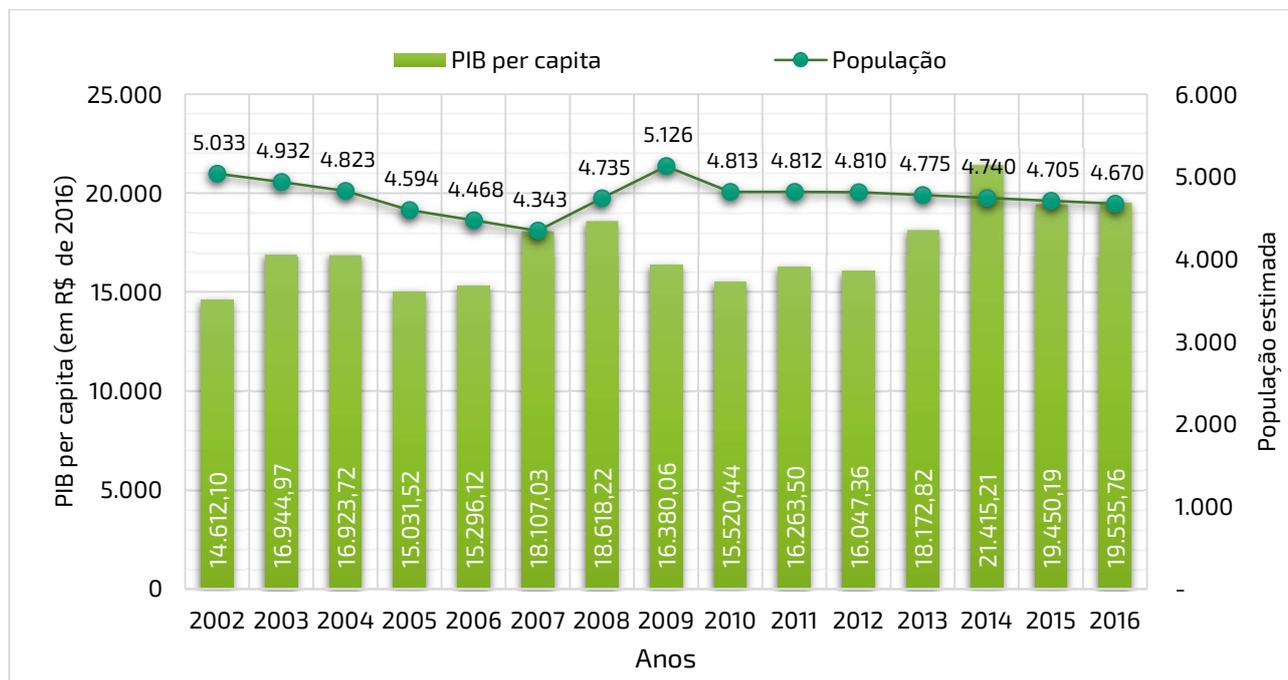
Figura 2. Evolução do Valor Agregado Bruto Real (em R\$ Mil 2016) no município: 2002 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Entre o início do período analisado (2002) até o ano de 2016, observou-se uma tendência de elevação no PIB Real *per capita* de R\$ 14.612,10 para R\$ 19.535,76, conforme é possível observar na Figura 3. Contudo, mesmo com a elevação, o PIB *per capita* municipal ainda está situado em valores inferiores ao praticado na região (R\$ 34,73 mil) e no estado de Santa Catarina (R\$ 37,14 mil).

Figura 3. Produto interno bruto per capita (em R\$ de 2016) e população estimada do município: 2002 a 2016



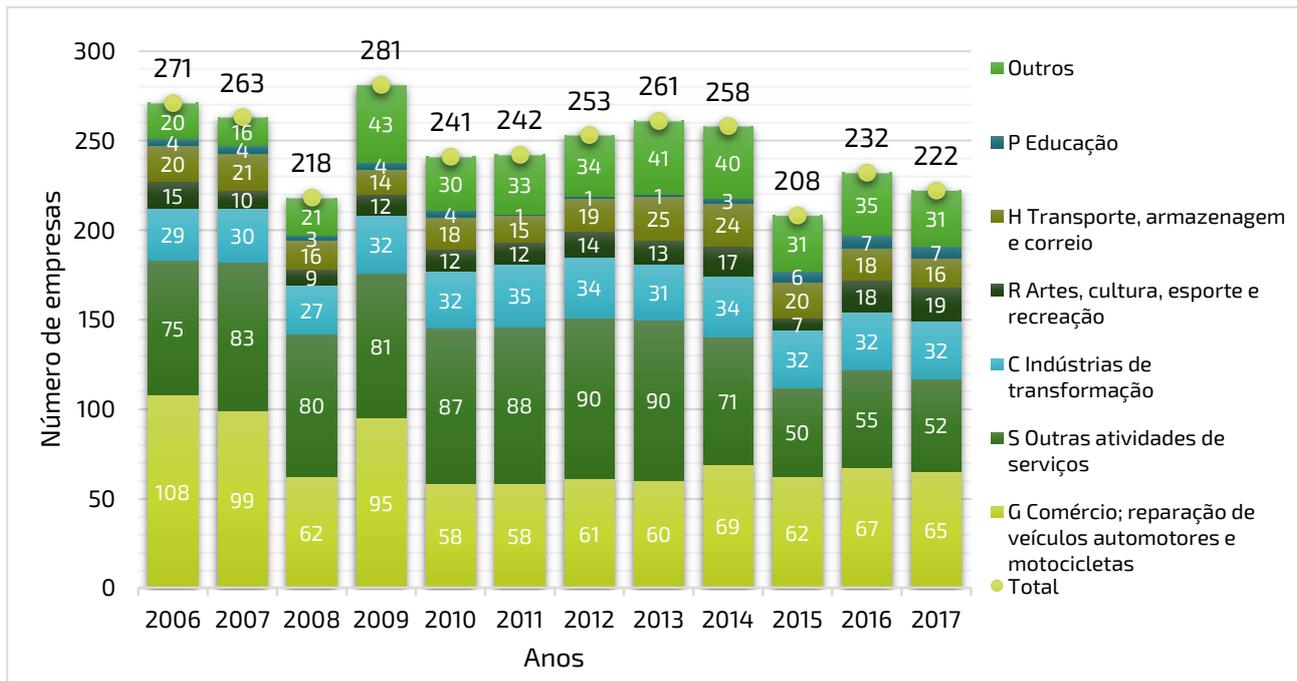
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Figura 4. Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Na Figura 5 apresenta-se a evolução no número de empresas de todos os segmentos da economia municipal.

Figura 5. Composição das empresas, por setor de atividade econômica: 2006 a 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

O segmento de comércio e oficinas mecânicas agrega o maior número de empresas (65, equivalente a 29% do total). Observou-se crescimento no número de empresas no segmento Indústrias de transformação (32, equivalente a 14% do total em 2017), Artes, cultura, esporte e recreação, com 19 empresas (9%) em 2017.

O grupo "G", que representa o Comércio, vem experimentando um decréscimo no período estudado, com oscilações entre 58 e 108 empresas. Destaca-se também o Transporte, armazenagem e correio, que foi responsável por 7% do total de empresas no município.

Portanto, observa-se que principalmente comércio, indústrias e outras atividades foram os principais responsáveis pelo crescimento econômico do município 2017, no que tange ao meio empresarial, representando 67% do total de empresas.

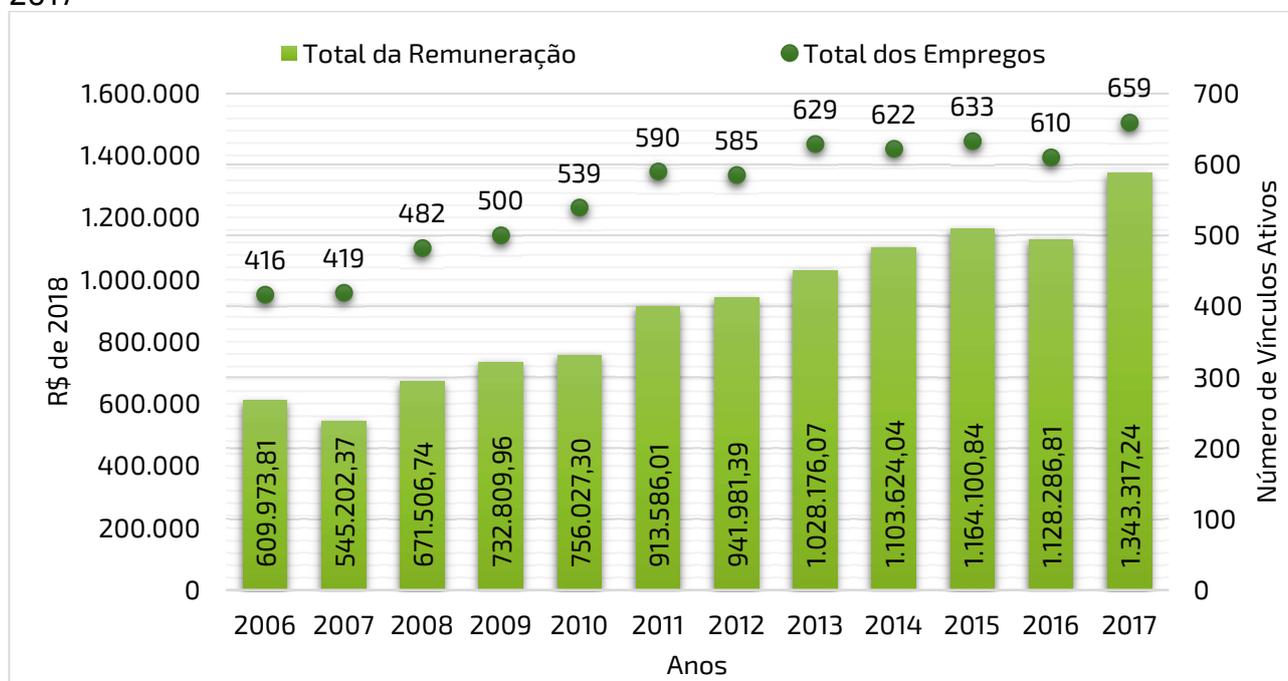
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho

O nível de emprego na economia municipal foi analisado através das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET).

Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

A partir da Figura 6, observa-se que o município tem elevado o número de empregos e da massa salarial, partindo de 416 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 609.973,81 mil/mês em 2006 para 659 postos de trabalho em 2017, com um total de remuneração de R\$ 1.343.317,24 milhão/mês em 2017, com uma leve queda no ano de 2016, retomando o crescimento no ano posterior.

Figura 6. Número de empregos formais e remuneração mensal (em R\$ de 2018): 2006 a 2017

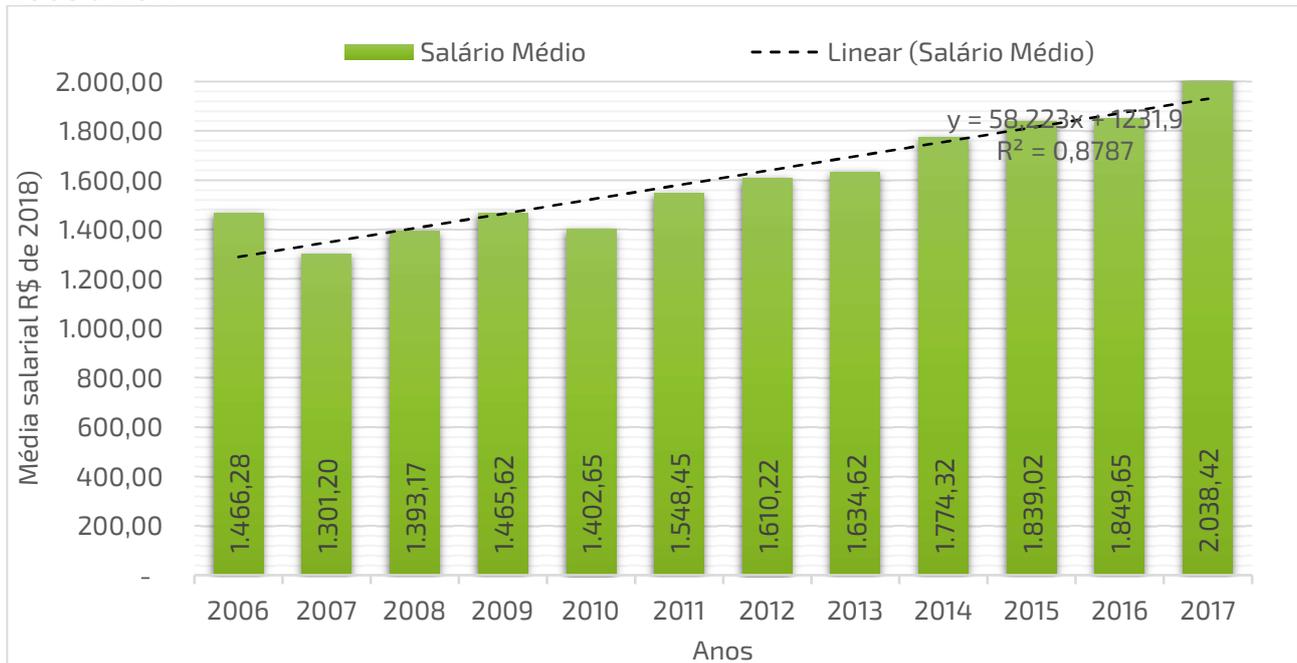


Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

A Figura 7 demonstra a remuneração média desses postos de trabalho, onde se observa um crescimento de R\$ 1.466,28 por trabalhador em 2006 para R\$ 2.038,42 em 2017. Isso representou uma valorização nos salários médios praticados no município.

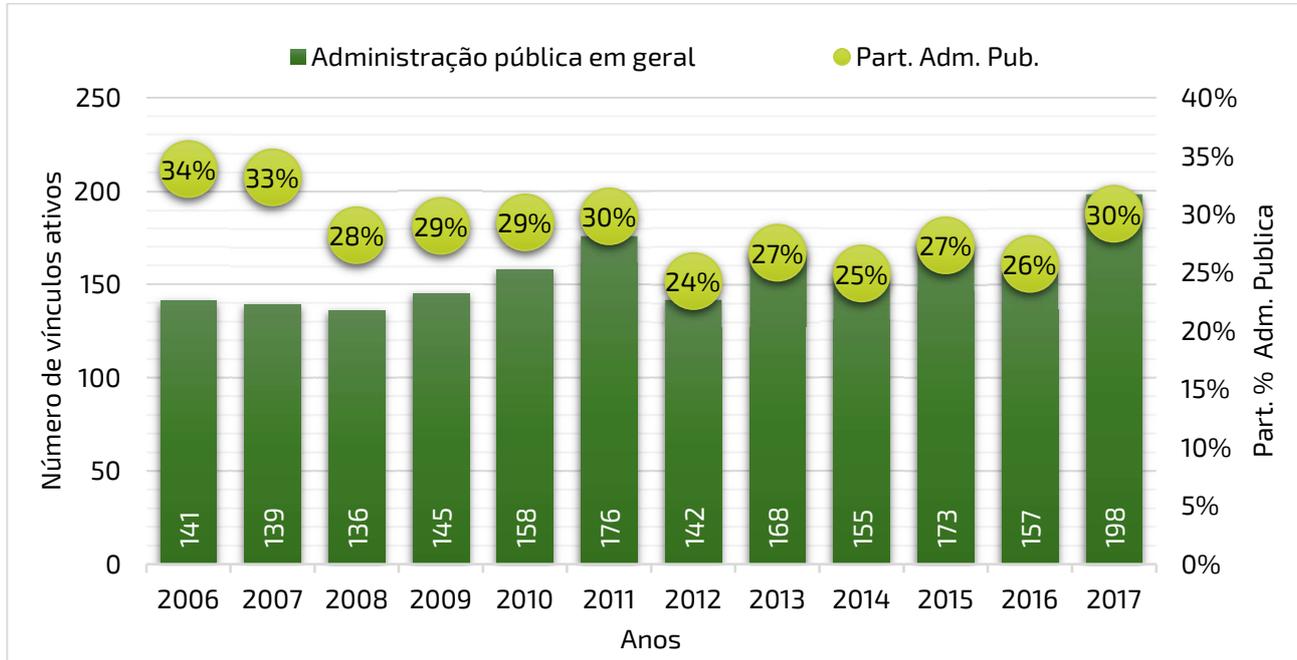
A reta (Salário Médio) mostra uma clara tendência de crescimento no salário médio praticado no município.

Figura 7. Remuneração média (em R\$ de 2018) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Figura 8. Número de empregos da administração pública em geral e participação percentual em relação ao total: 2006 a 2017



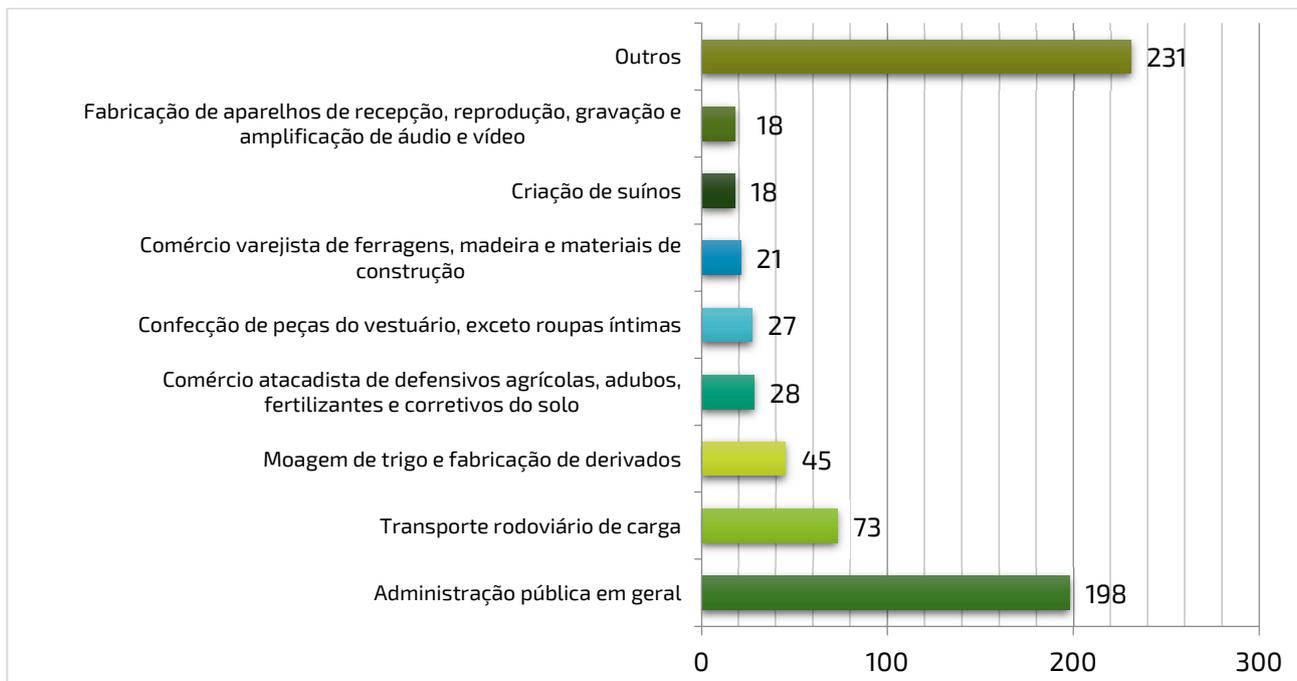
Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Demonstra-se na Figura 8 a participação do setor público no mercado formal de trabalho do município.

Entre os anos de 2006 e 2017 a participação relativa do setor público no mercado formal de trabalho oscilou de 34% para 30%. Em termos reais, o número de empregos públicos aumentou de 141 para 198 neste período (40%). Do mesmo modo, o número de empregos no setor privado cresceu 68%, de 275 para 461 postos de trabalho.

Na Figura 9 é possível verificar a alocação de mão-de-obra segundo as diversas áreas de atividade econômica. Destaca-se que além dos 30% vinculados à administração pública, o segmento de transporte rodoviário de carga (11% dos empregos formais), moagem de trigo e fabricação de derivados (7% de do total) figuram como os principais empregadores.

Figura 9. Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Por fim, destaca-se que entre 2006 e 2017 foram gerados 243 novos postos de trabalho: 57 na administração pública; 64 no transporte rodoviário de carga; 28 no segmento de moagem de trigo e fabricação de derivados; 28 no comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; 22 no setor de confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas; 20 no comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção.

2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído por pequenas propriedades, onde 87,56 % dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal (até 20 hectares) e concentram 61,58% da área. Observa-se ainda que 10,67% dos estabelecimentos possuem área que varia de 1 a 2 módulos fiscais (20 a 40 hectares) e ocupam 21,87% da área total dos estabelecimentos do município.

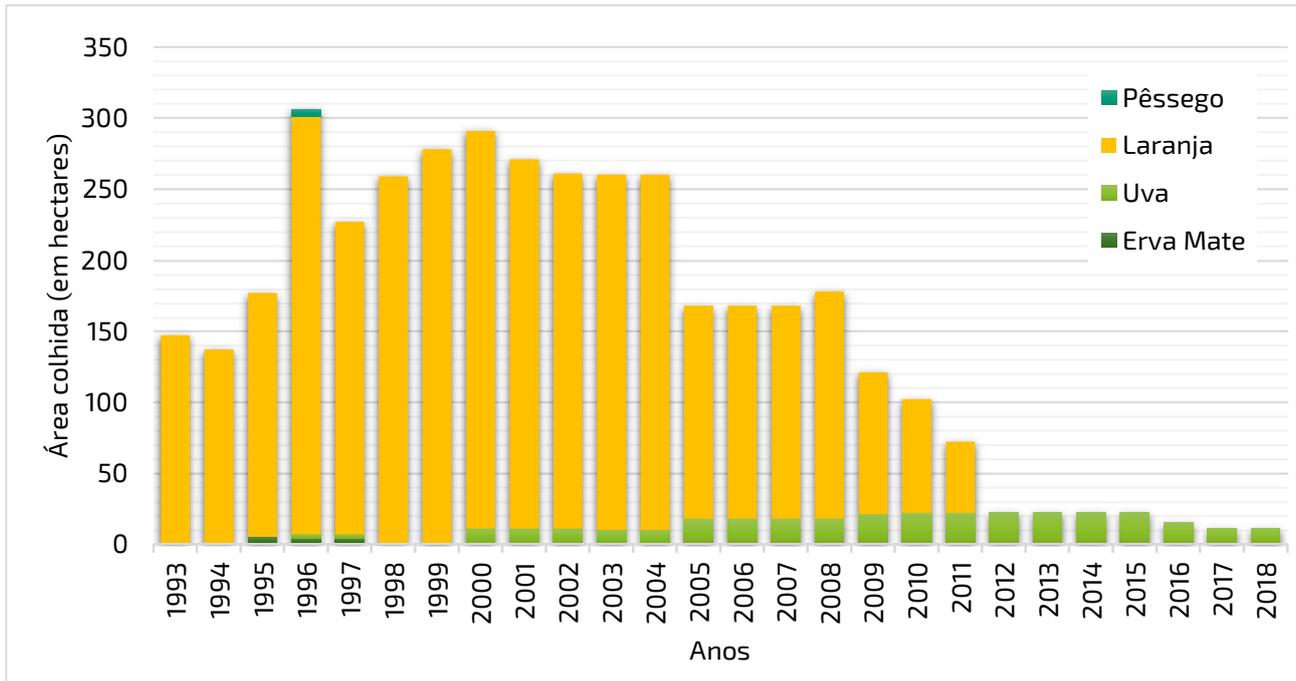
Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que 99,15% das propriedades rurais tem até 60 hectares e ocupam 86,93% da área dos imóveis rurais, conforme é possível observar na Tabela 3.

Tabela 3. Estrutura fundiária do Município: 2019

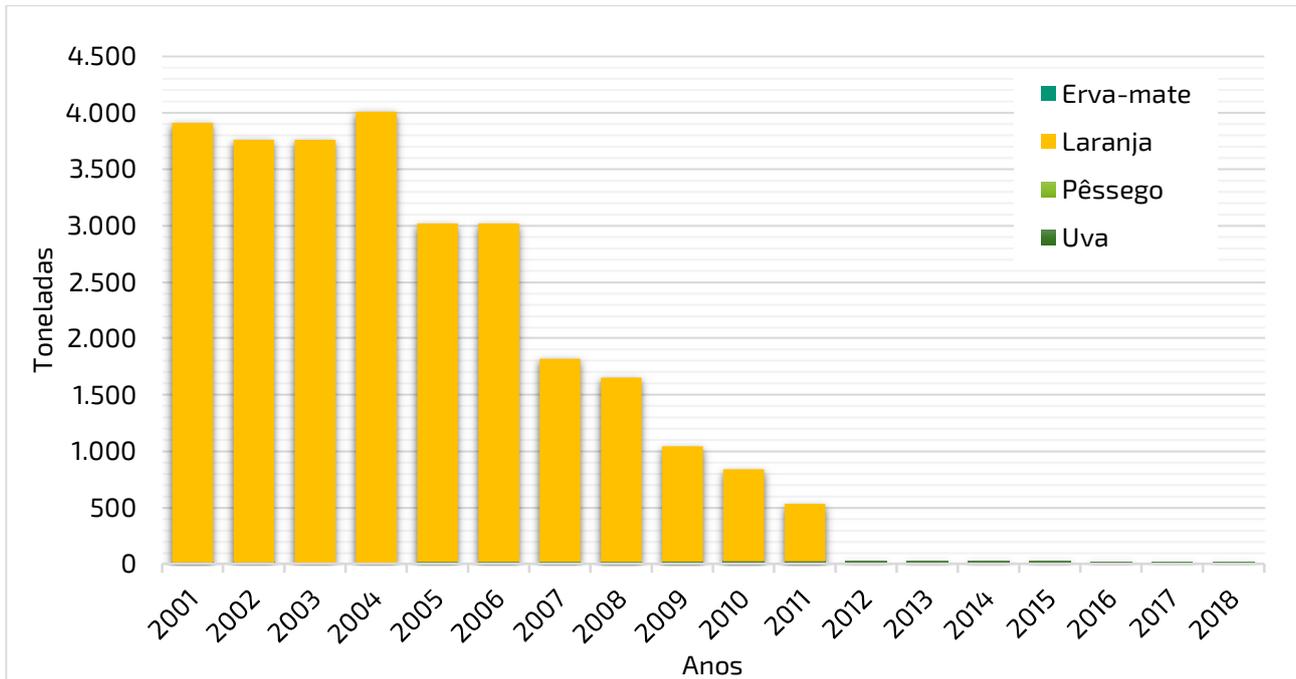
Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	1239	11.119,18	87,56	61,58
1-2	151	3.949,50	10,67	21,87
2-3	13	628,95	0,92	3,48
3-4	4	276,83	0,28	1,53
4-5	1	94,08	0,07	0,52
5-6	2	215,63	0,14	1,19
6-7	1	132,87	0,07	0,74
7-8	0	0,00	0	0
8-9	1	174,55	0,07	0,97
9-10	0	0,00	0	0
10-11	3	1.463,84	0,21	8,11
	1415	18055,41766	99,99	99,99

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2019), permite observar que a área colhida de lavoura permanente não é o forte do município, pois, conforme se pode observar na Figura 10, existe um decréscimo das culturas de frutos, como por exemplo, o caso do cultivo de laranja que teve início em 1993 com área ocupada de 147 hectares e, encerrou sua produção no ano de 2011 com 50 hectares cultivados.

Figura 10. Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1993 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Figura 11. Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente em: 1994 – 2018

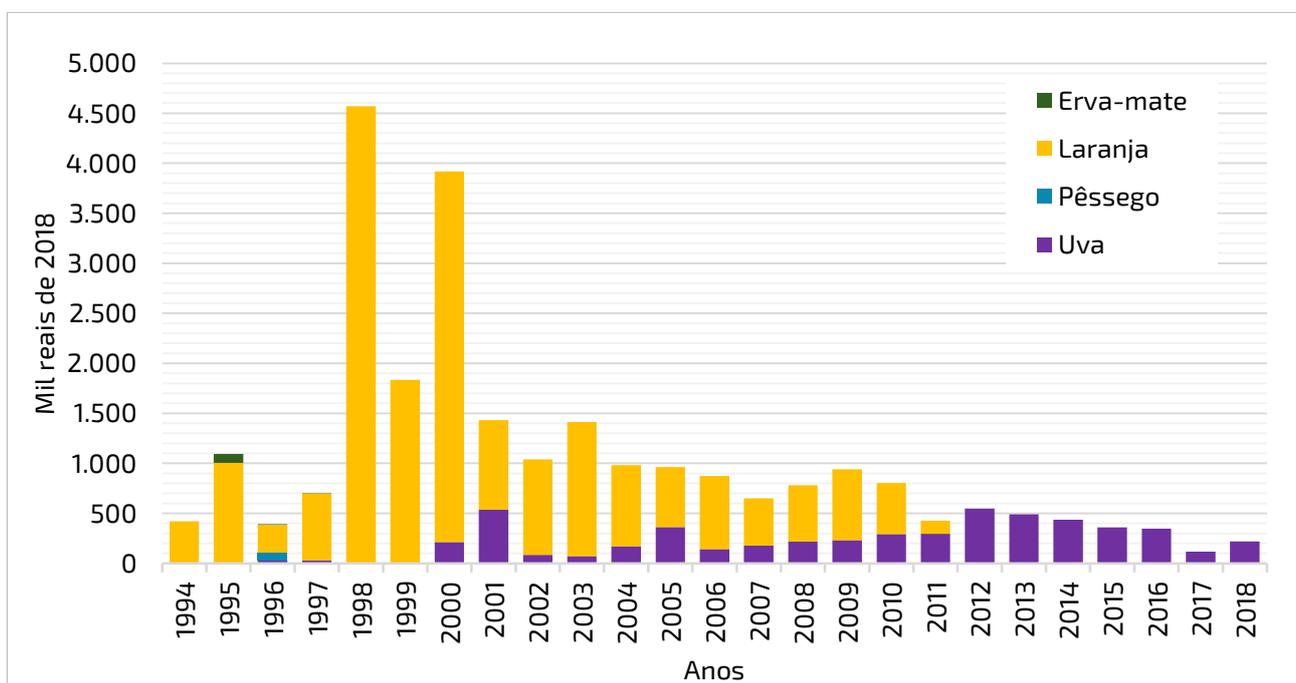
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Entretanto, observa-se que o município conta com cultura de uva, que teve início em 2000 com 11 hectares, chegando a cultivar 22 hectares da fruta de 2010 a 2015, reduzindo a área de cultivo para 11 hectares em 2018, dando mais um indicativo que a lavoura permanente

não é bem explorada pelo município. Também, destaca-se que o município já chegou a produzir cerca de 4 mil toneladas de laranja, no ano de 2004, mas atualmente não existe registro de produção para esta cultura, restando cerca de 11 toneladas de produção de uva no ano de 2018.

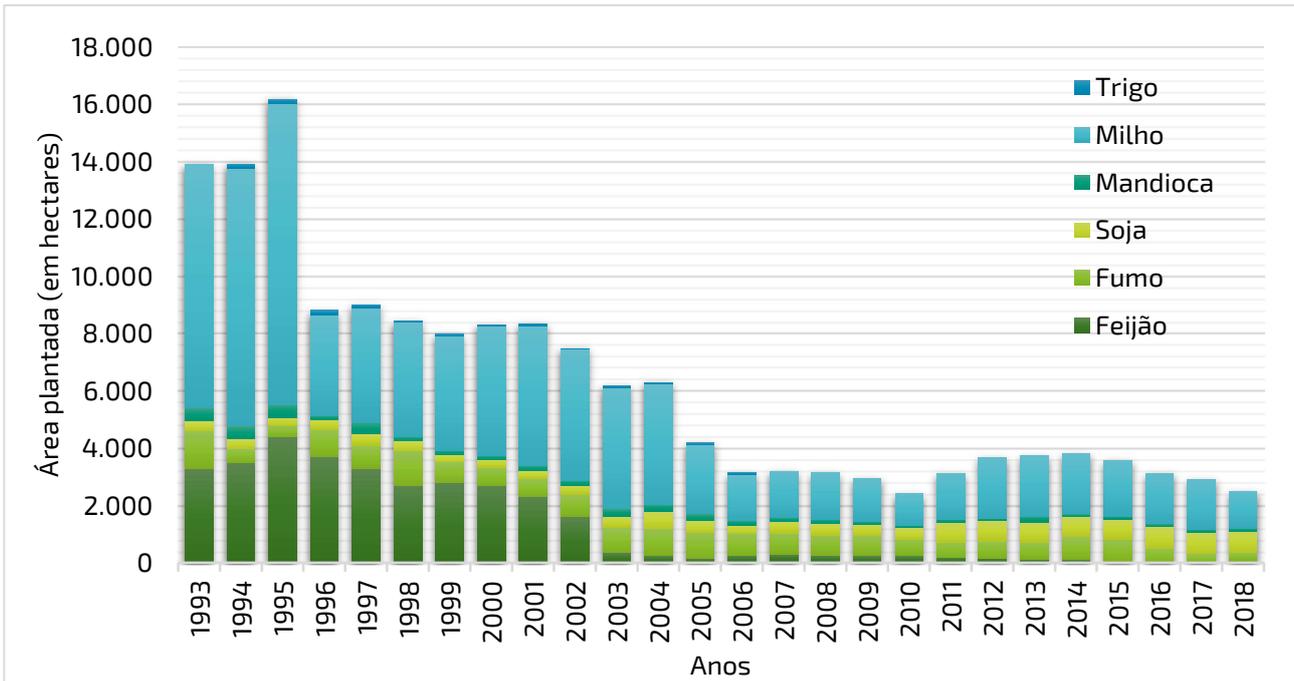
Pode-se observar na Figura 12 que o valor global da produção da lavoura permanente foi composto basicamente por laranja e recentemente pela cultura da uva. Em 2018, a cultura da uva foi a única com registro de valor comercializado, fechando o ano com R\$ 220 mil.

Figura 12. Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 1994 – 2018



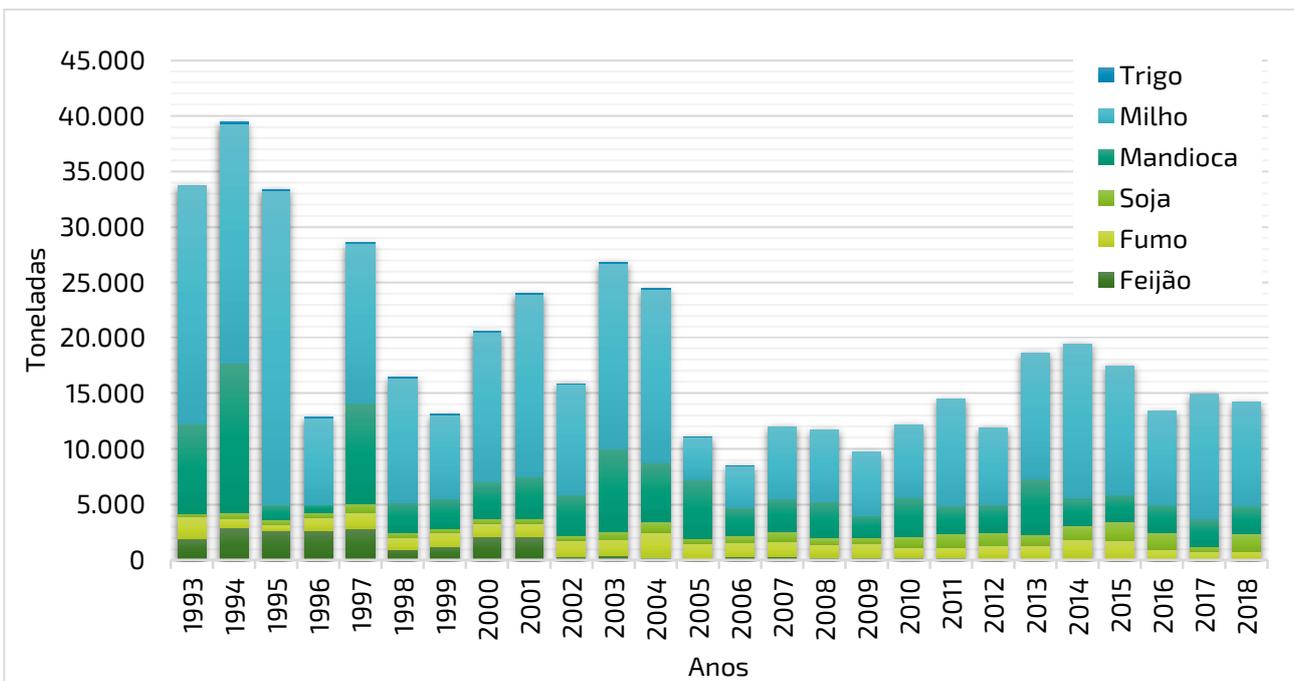
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em relação à lavoura temporária, é possível verificar através da Figura 13, que as culturas de milho e de feijão se constituem como as principais por apresentarem as maiores áreas plantadas. Porém, é perceptível a tendência de redução das áreas plantadas, a exemplo do milho que em 1993 contava com 8.500 hectares, caindo para 1.300 hectares em 2018, o que representou um decréscimo de área plantada de 84,7%. A área plantada de feijão também é outro exemplo que se pode verificar no município, que em 1993 contava-se com 3.300 hectares de plantio e veio reduzido ao longo dos anos, atingindo um patamar de somente 60 hectares em 2018, o que reflete um decréscimo de 98,18%.

Figura 13. Área plantada de culturas de lavoura temporária: 1993 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A área plantada de soja aumentou nos últimos anos, com 350 hectares em 1993 e em 2018 com 750. O município conta também com pequenas áreas de plantio de fumo, trigo e mandioca, as quais não tem grande representatividade.

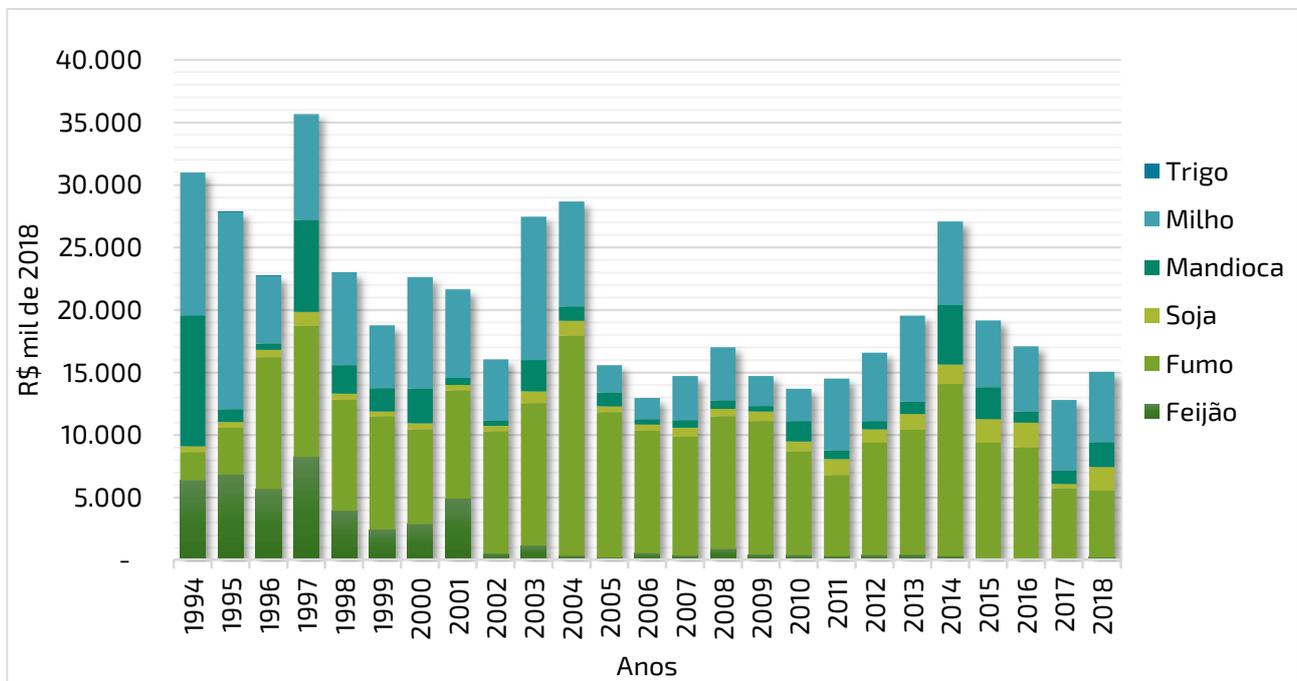
Figura 14. Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária em: 1993 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A Figura 14 apresenta a quantidade produzida de culturas de lavoura temporária. Nesta, é possível observar oscilações significativas no volume de produção de milho (que varia de 3.753 mil a 28.350 mil toneladas) e de soja (315 a 1680 mil toneladas).

Feijão, milho, fumo, mandioca, soja e trigo, tiveram suas quantidades produzidas de 1993 a 2018 em 1.914 toneladas para 75 ton.; 21.420 para 9.360 ton.; 1.950 para 696 toneladas; 8.100 ton. para 2.500 ton.; 315 para 1.575 toneladas, respectivamente. A cultura do trigo teve início no ano de 1994 com 115 toneladas, e encerrou sua produção no ano de 2006 com 45 ton.

Figura 15. Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1994 – 2018



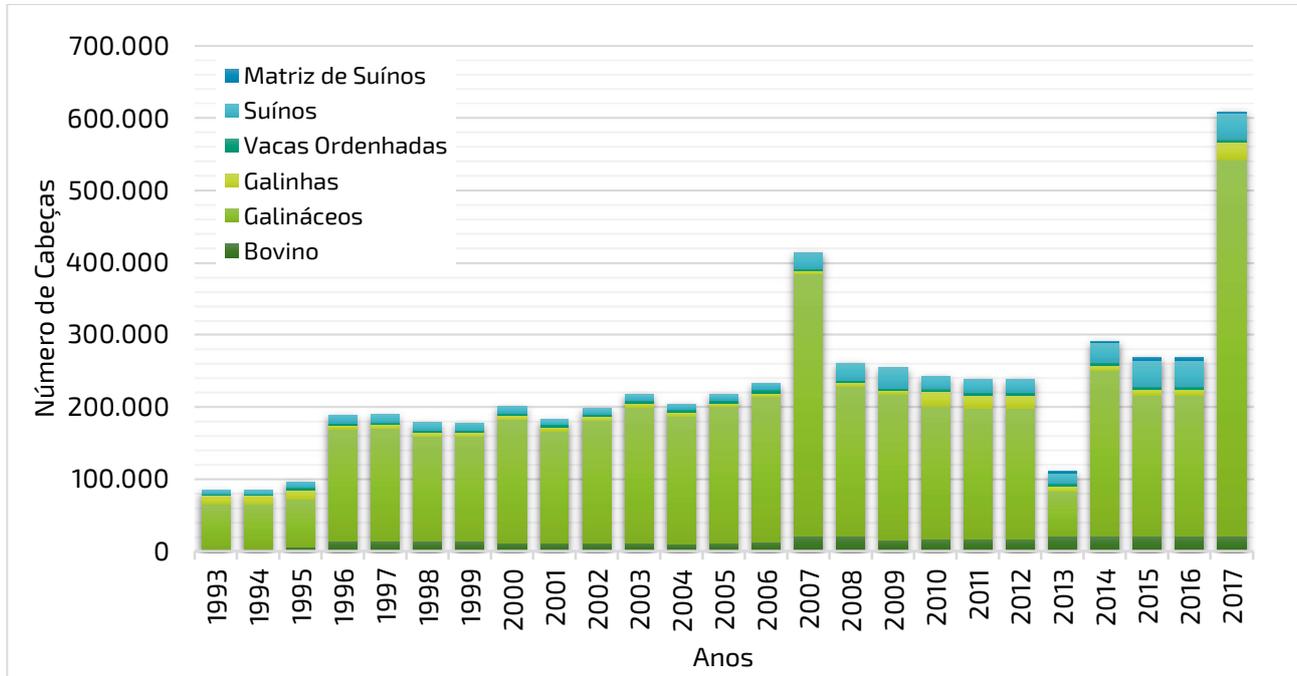
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos reais⁴, é possível observar a partir da Figura 15 que o valor global da produção da lavoura temporária já alcançou cerca de R\$ 36 milhões em 1997 e no ano de 2018 reduziu para R\$ 15 milhões. Com R\$ 5,6 milhões e R\$ 5,3 milhões, as culturas do milho e do fumo são as mais relevantes. Em seguida, as cultuas da mandioca (R\$ 2 milhões) e soja (R\$ 1,8 milhões) são as mais relevantes. Observa-se que a produção de feijão foi

⁴ Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

descontinuada e mesmo sendo importante na atualidade, a produção de mandioca já foi muito mais relevante.

Figura 16. Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1993 – 2017



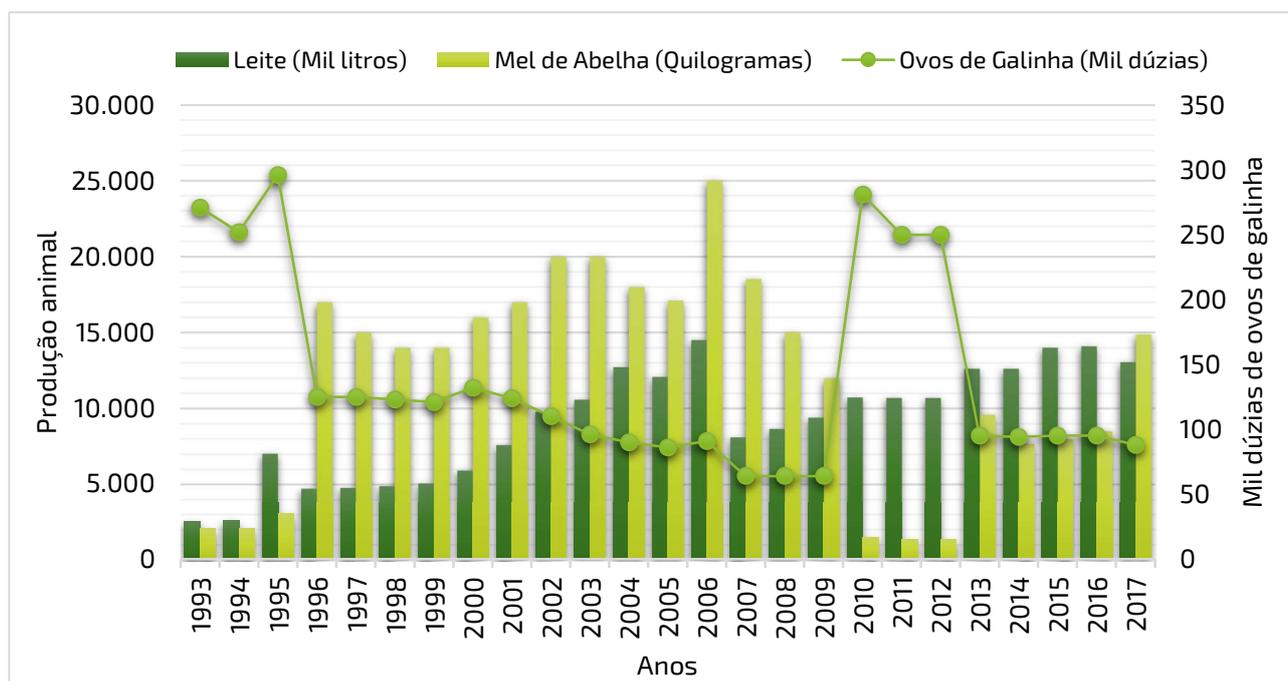
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Por outro lado, a produção pecuária apresentou tendência de crescimento dos rebanhos entre 1993 e 2017, conforme é possível observar na Figura 16.

Sob o aspecto de evolução do rebanho, a categoria galináceos⁵ apresentou um aumento de 747% ao longo do período de 1997 a 2017, passando de 61.500 cabeças para 520.616. Já na categoria galinhas⁶, o aumento foi de 92%, passando de 13.000 animais no ano de 1993 para 25.000 em 2017. Da mesma forma, o rebanho bovino apresentou um crescimento de 582% no período analisado, passando de 3.100 para 21.156 cabeças. Quanto aos suínos, observou-se também um aumento no rebanho, onde em 1993 o município contava com 4.900 cabeças e em 2017 com 35.760, o que denota um acréscimo de 630% neste rebanho.

⁵ Segundo o IBGE, a categoria "galináceos" engloba o total de aves da espécie Gallus gallus (galos, galinhas, frangas, frangos, pintos e pintainhas).

⁶ Segundo o IBGE, a categoria "galinhas" engloba as aves fêmeas da espécie Gallus gallus destinadas à produção de ovos, independentemente do destino da produção (consumo, industrialização ou incubação), incluindo poedeiras e matrizeiras.

Figura 17. Produção animal: 1993 - 2017

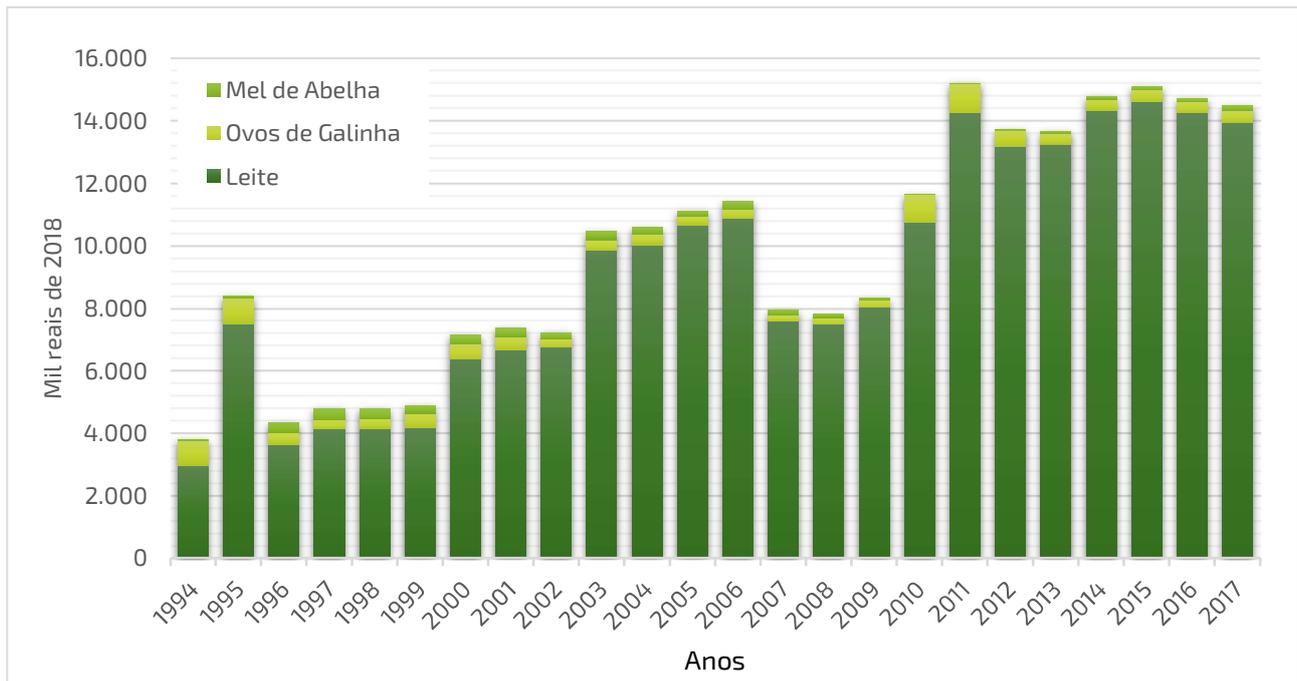
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Tendo por base a Figura 17, é possível observar que em 1993, com 2,5 milhões litros, a atividade leiteira comercial no município iniciou uma expansão e alcançou 13,05 milhões de litros de leite em 2017. A produção de mel cresceu de 2 mil quilos para 14,8 mil quilos entre 1993 e 2017, tendo alcançado 25 mil quilos em 2006.

A produção de ovos diminuiu durante o período estudado, com redução de 271 mil dúzias em 1993, para 88 mil dúzias em 2017.

Neste contexto, observa-se que a atividade leiteira é a de maior impacto no valor da produção animal (entre as atividades analisadas), pois apesar de alguns períodos de baixa, apresentou crescimento de R\$ 2,9 milhões para R\$ 13,9 milhões entre 1994 e 2017. Contudo, destaca-se que entre 2011 e 2017, o comportamento do segmento é de estagnação, conforme é possível verificar na Figura 18.

Por sua vez, o valor da produção de ovos reduziu de R\$ 814 mil para R\$ 365 mil entre 1994 e 2017. No mesmo período, o valor da produção de mel aumentou de R\$ 26 mil para R\$ 177 mil.

Figura 18. Valor da Produção Animal (Mil Reais de 2018): 1994 - 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

O valor da produção animal evoluiu de R\$ 5,63 milhões para R\$ 13,56 milhões entre 2006 e 2017, o que atesta a importância do setor agropecuário para o município.

2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

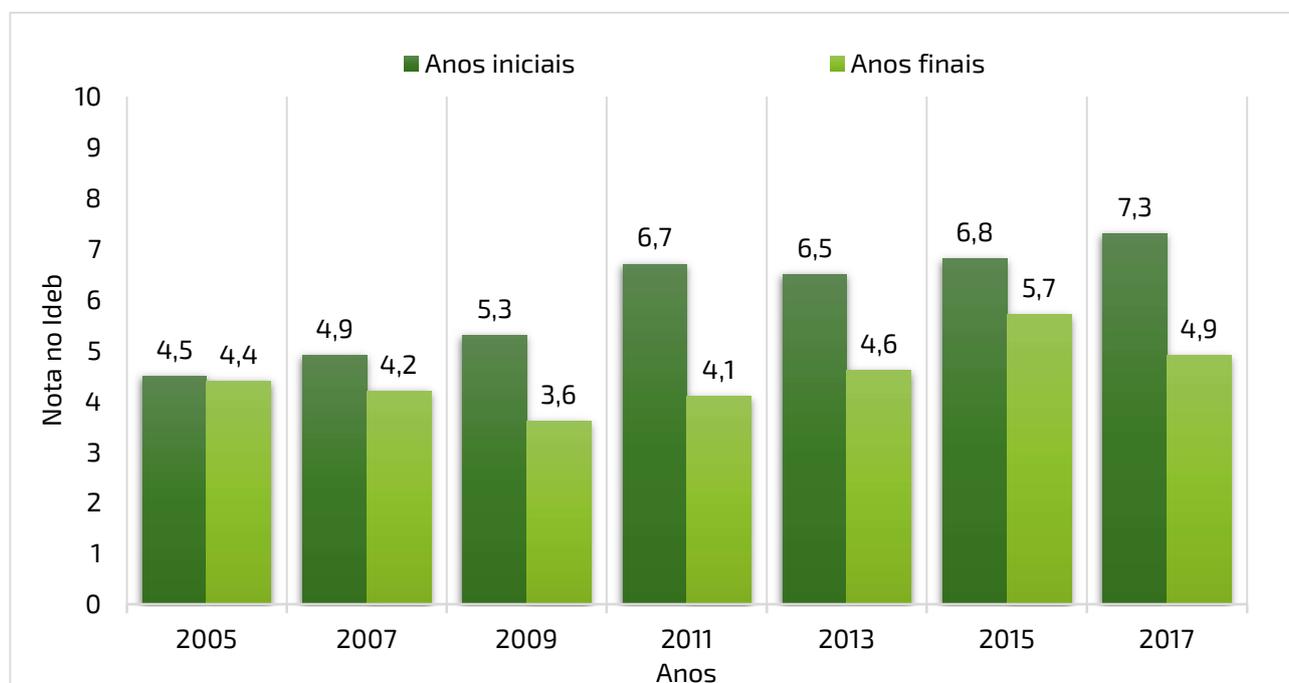
Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foi selecionado um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

De acordo com os dados do IBGE (2019), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010) foi de 98,5 %, representando um bom número, quando comparado com outros municípios do Brasil. Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município, que em 2018 foi de 523 matrículas no ensino fundamental e 241 no ensino médio.

Em 2018, cerca de 42 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 24 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 4 escolas no ensino fundamental e 1 escola no ensino médio.

Figura 19. IDEB das escolas do município de Riqueza /SC: 2005 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁷ tem evoluído no município, conforme é possível observar na Figura 19.

Neste sentido, pode-se perceber a educação dos anos iniciais evoluiu significativamente de 2007 até 2017, passando de 4,5 e em 2017, momento que atingiu a nota 7,3.

Em relação aos anos finais da educação, pode-se perceber que desempenho dos alunos do município durante o período estudado evoluiu, partindo de um índice de 4,4 em 2005 para 5,7 em 2015, e em 2017 reduzindo para 4,9.

⁷ Este índice varia numa escala de 0 a 10 e de acordo com a meta do MEC, o Brasil precisa alcançar até 2021 a média 6 nos anos iniciais do ensino fundamental. O indicador é divulgado a cada dois anos e é calculado com base nos dados do Censo Escolar (com informações enviadas pelas escolas e redes), e médias de desempenho nas avaliações do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), como a Prova Brasil.

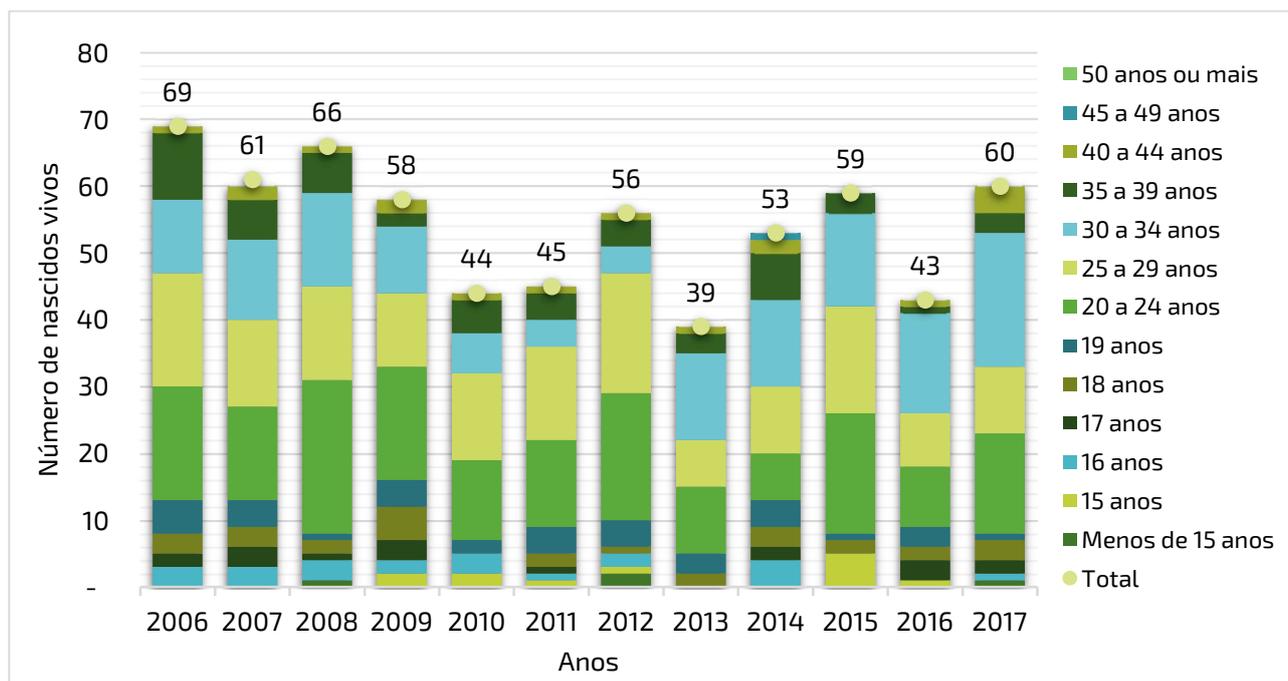
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

De acordo com estatísticas do IBGE (2019), o município apresenta uma clara tendência de crescimento no número de nascimentos de crianças, partindo de 69 nascidos vivos em 2006 para 56 em 2017.

Destaca-se que as mães com idades entre 20 a 24 anos, 25 a 29 anos e as de 30 a 34 anos são responsáveis pelo maior número de partos (Figura 20).

Em 2017 foram registrados dois partos em mães com menos de 18 anos, o que, apesar de não representar uma proporção elevada, chama atenção a precocidade destas crianças e adolescentes mães. Por outro lado, neste mesmo ano foram registrados quatro nascimentos de mães com mais de 40 anos.

Figura 20. Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Cristal do Sul /RS: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

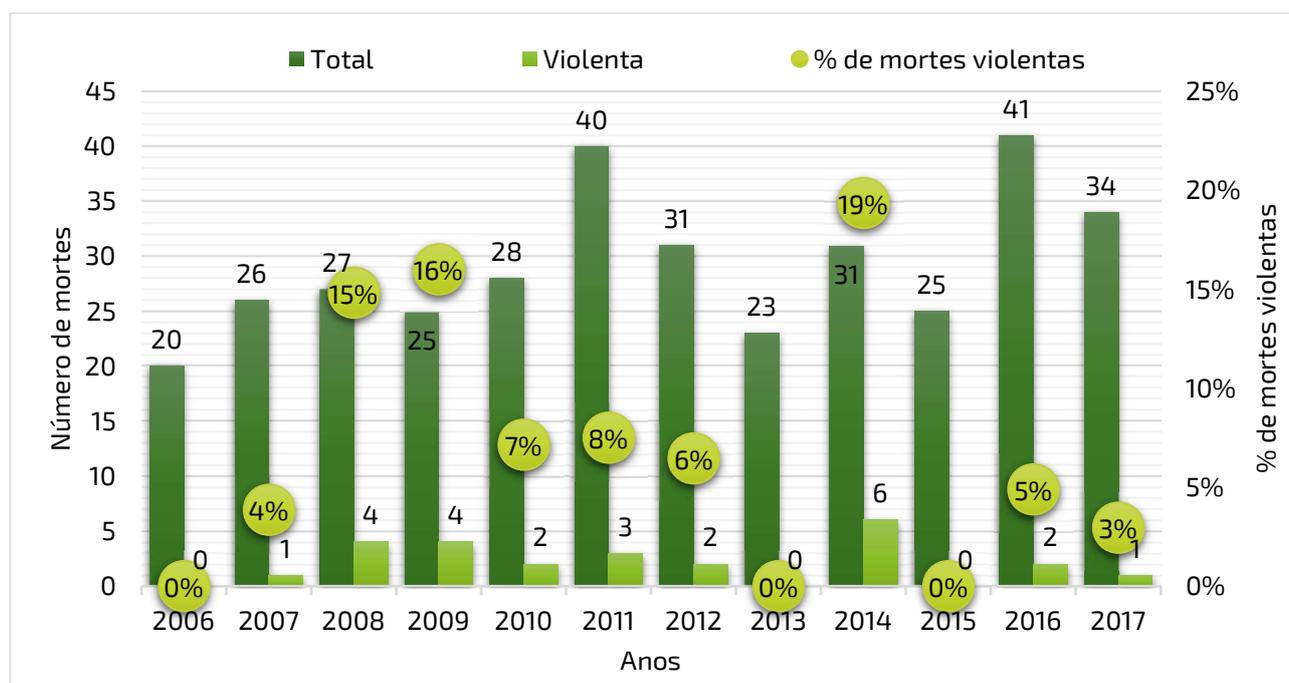
A taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que em 2008 a taxa de mortalidade infantil foi chegou ao menor índice (15.38) no período de 2006 a 2017. Posteriormente veio aumentando para 20.0 em 2009 e 21.28 em 2011 (último índice registrado). Neste sentido, "A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 21.28 para

1.000 nascidos vivos. As interações devido a diarreias são de 8.1 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 1 de 295 e 26 de 295, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1 de 5570 e 361 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Conforme a Figura 21, em 2014 o número de mortes violentas alcançou o patamar mais alto (19 %), em contrapartida, nos anos de 2006, 2013 e 2015 não foram registradas mortes violentas.

Figura 21. Óbitos, por natureza, em Riqueza/SC: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu em 2006 com 20 mortes, e nenhuma destas de forma violenta. Entretanto, a partir de então, os indicadores ficaram mais próximos da média, que se aproxima dos 7%.

Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 273 óbitos, dos quais 37 ocorreram de forma violenta, conforme pode ser observado na Figura 21.

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 15% fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

"O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes" (FIRJAN, 2019).

Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM.

Neste sentido:

- a. Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- b. Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- c. Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- d. Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1. Resumo dos Componentes do IFDM

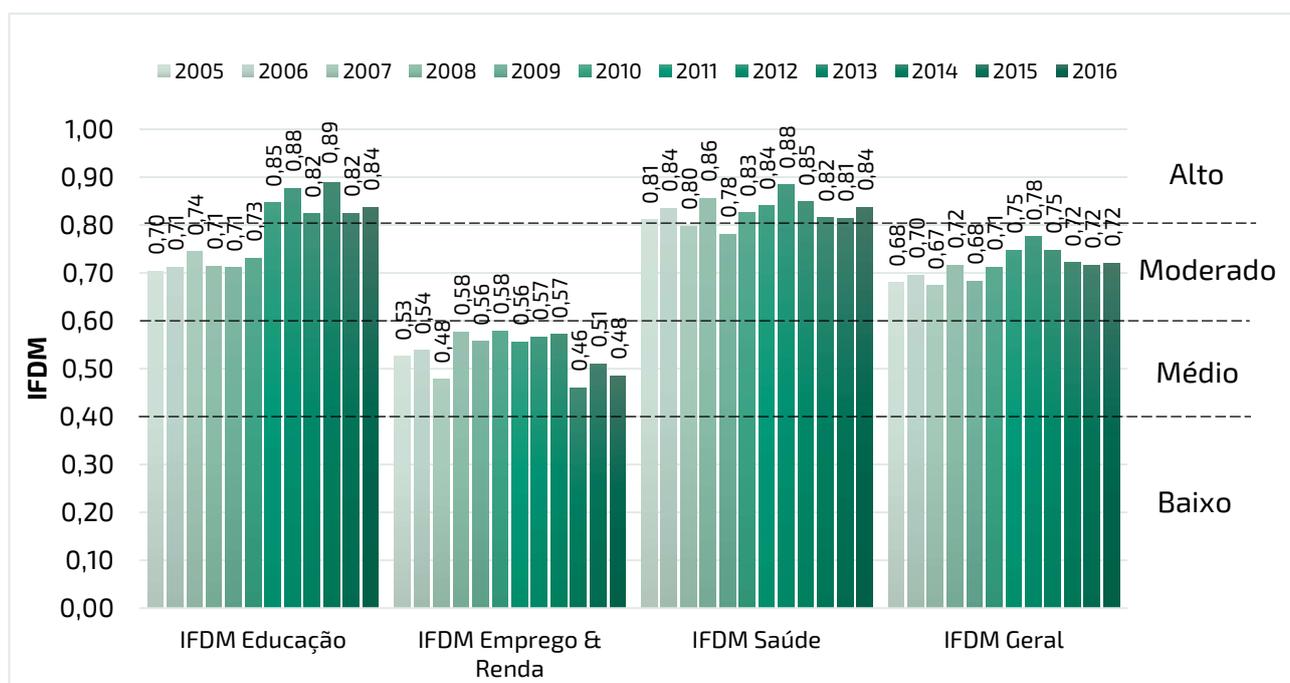
Emprego & Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos formais • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB)

<ul style="list-style-type: none"> Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> Docentes com ensino superior no ensino fundamental Média de horas aula diárias no ensino fundamental Resultado do IDEB no ensino fundamental 	
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Extraído de FIRJAN (2019).

Neste sentido, de acordo com Figura 22, as áreas de saúde e de educação foram as que obtiveram os índices mais elevados no período de 2005 a 2016. Por outro lado, a área relativa o emprego e renda obteve o menor índice no período estudado, o que reflete as condições de dificuldades econômicas e, principalmente, o baixo nível de diversificação da economia local.

Figura 22. Índice Firjan de desenvolvimento municipal: 2005 – 2016



Fonte: FIRJAN (2019).

Observa-se que o município teve uma queda no emprego e renda de 2013 até 2015, retomando o crescimento de 2016. Em termos gerais, o desenvolvimento municipal é considerado moderado.

Por fim, em um contexto como o observado, em que o emprego é restrito e existem muitas áreas da socioeconomia que precisam crescer e se desenvolver, destaca-se a importância

das ações de políticas públicas e privadas, ambas com foco em empreendedorismo, inovação e associativismo.

2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

As condições ambientais estão entre as variáveis que geram impacto direto na qualidade de vida da população. Para analisar esta dimensão, observaram-se questões relacionadas ao urbano e rural.

Em relação ao meio ambiente urbano, destaca-se que Riqueza possui "24.5% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 92.2% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 26.9% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 243 de 295, 18 de 295 e 130 de 295, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3382 de 5570, 1268 de 5570 e 1401 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui 19.027,90 mil hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 18.055,41 mil hectares. Destes, 8,32% foram declarados como Área de Proteção Permanente (APP), 9,04% como Reserva Legal e 73,17% como Área Consolidada, conforme é possível observar na Tabela 4.

Tabela 4. Perfil Ambiental do Município: 2019

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	19.027,90	
Número de imóveis rurais	1415	
Área total dos imóveis rurais	18.055,41	94,89
Área média:	12,76	
Área mínima/máxima:	0,07 / 868,13	
APP	1.502,59	8,32
APP - Recomposição	95,49	0,53
Reserva Legal	1.632,51	9,04
Vegetação Nativa	2.935,42	16,26
Servidão Administrativa	175,50	0,97
Área Consolidada	13.211,01	73,17

Banhados	1	0,01
Número de Nascentes	93	0
Uso Restrito	308,81	1,71
Hidrografia	551,35	3,05
Topo de Morro	1	0,01
Áreas: Não Declarada - Outras	972,49	5,11

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Conforme se observa na Tabela 5, os dados permitem observar que dos 1415 imóveis rurais, 68% mantém APP, 6% declarou ter olho d'água, 40% tem reserva legal e 80% contam com vegetação nativa.

Tabela 5. Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: 2019

Elemento Ambiental (E.A):	Nº IR com EA ¹	Área Declarada (ha)	Nº IR sem EA ²	% IR com EA ³	% IR sem EA ⁴
APP	960	1.598	455	68	32
Área Consolidada	1.373	13.211	42	97	3
Banhado	1	1	1.414	0	100
Hidrografia	941	421	474	67	34
Nascente olho d'água	85	-	1.330	6	94
Reserva Legal	569	1.633	846	40	60
Servidão Administrativa	994	176	421	70	30
Uso Restrito	206	309	1.209	15	85
Vegetação Nativa	1.130	2.935	285	80	20
Área topo de morro	-	-			
Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR – RIQUEZA					
Número Total de I.R.:	1.415	18.055,41			
Área Total do Município:		19.027,90			
% Área declarada/Área Município:		94,89			

¹ Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

² Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

³ Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

⁴ Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

O presente estudo se constitui como subsídio para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto, conhecer a realidade passa a ser importante para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto deve-se destacar algumas lições deixadas por Barquero (2002):

1. **Não há desenvolvimento sem** formação de **excedentes**.
2. Pensar o **desenvolvimento implica** pensar a dinâmica de **produção e produtividade** na região.
3. O **perfil** e a estrutura do **sistema produtivo local** e sua **aderência** ao **mercado regional, nacional e global** são aspectos **importantes** para o desenvolvimento.
4. A **utilização e valorização** de **recursos locais** e a capacidade de controle do processo de acumulação são elementos importantes.
5. Os **atores locais podem liderar** o processo de **mudança estrutural**.
6. **Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação** são importantes, assim como a **cultura empreendedora**, as **instituições**, as **redes**, a **ação cooperada** e o **crédito**.

A atividade produtiva derivada de grandes investimentos é ótima e deve ser estimulada, mas como depende de agentes externos, nem sempre se consolida em pequenos municípios com economia de base primária. Em função disso, fortalecer as cadeias produtivas presentes e, em especial, as relações entre os produtores e os canais de comercialização podem ajudar para ampliar a base exportadora regional.

Ampliar a especialização produtiva de setores específicos, favorecer a inovação, ampliar a produtividade e a competitividade para alcançar mercados regionais, nacionais e internacionais deve ser o foco.

Neste processo, fazer o básico bem feito pode ser um grande avanço e isto significa: a) capacitar as pessoas a fazer uma gestão mais profissionalizada de seus empreendimentos, seja no urbano ou no rural; b) cooperar mais; c) inovar mais; d)

empreender mais; e) sair da inércia, e f) assumir que cada cidadão e cidadã tem o compromisso de deixar para seus filhos e netos um município melhor do que recebeu de seus pais e avós.

Por fim, destaca-se a importância do papel das instituições, políticas e estratégias de desenvolvimento, do capital social, do capital humano, das ações de inovação e difusão de conhecimento, da organização da produção e das condições de infraestrutura no processo de mudança e aperfeiçoamento exigido no atual cenário econômico estadual, brasileiro e internacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os municípios apresentam potencial para o desenvolvimento, para tanto, necessitam de ações de organização social e empreendedorismo, com programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócios e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados e para a preparação das gerações futuras.

Existe uma força social que deve ser estimulada e, neste processo, sempre que as entidades sociais se unem para identificar alternativas e planejar o desenvolvimento, novas oportunidades podem ser encontradas.

Dentre as estratégias de superação, as forças sociais, devem ter como norte, a busca constante de parcerias, seja no mundo empresarial, político e educacional, promovendo uma sinergia tal que conduza o município para apenas um rumo, o do desenvolvimento.

Neste contexto, passamos a elencar algumas ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas:

Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes.

Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais, principalmente utilizadas nas rotas de leite e produção de proteína animal;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;
- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;

- g. Nos casos onde não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já está em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por universidades, institutos federais e escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento também passa pela qualificação da geração atual, assim como das futuras gerações, através de programas como o Líder Jovem, entre outros, que tem o propósito de formar cidadãos e cidadãs comprometidas em deixar para seus filhos e netos um município e região melhor do que recebeu de seus pais e avós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2019. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em nov/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2019. Acesso em out/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades IBGE – Riqueza/SC. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/riqueza/historico> Acesso em nov/2019.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: _____. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: nov/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIQUEZA (SC). Prefeitura. **Histórico**. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/riqueza/historico> Acesso em: nov/2019.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão do Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2019.